

## *INTERROGATIVA INDIRETA ENCOBERTA EM PORTUGUÊS<sup>1</sup>*

### **1. Em busca de uma definição de interrogativa indireta.**

É comum associar-se uma interrogativa direta ou indireta a uma pergunta. Assim todos os nossos gramáticos tradicionais afirmam que uma *interrogativa* é uma *pergunta*, direta ou indiretamente formulada.

O próprio uso de termos como 'pergunta direta' e 'pergunta indireta' é questionável. O que vem a ser uma pergunta direta ou indireta? Por exemplo, uma pergunta como (1) abaixo é direta ou indireta?

(1) Eu te pergunto quem tirou meu caderno.

Certamente os nossos gramáticos diriam que (1) é uma pergunta indireta. Eu, de minha parte, afirmaria que é direta.

Parece-me que esse procedimento de associar *interrogativa* e *pergunta* tem levado as nossas gramáticas a erros ou incoerências desnecessárias.

Assim, vejamos um exemplo. Tomemos como base a sentença (2) abaixo.

(2) Pedro perguntou quem foi à aula.

Esta sentença não precisa ser uma pergunta. Ela pode ser uma resposta, por exemplo, para uma pergunta como (3) abaixo.

(3) O que foi que Pedro perguntou?

Por outro lado, (2) pode ser — embora isso não seja necessariamente verdade em todos os contextos — uma pergunta e poderá ter como resposta uma sentença como (4) abaixo.

(4) Diga a ele que Carlos e Maria foram à aula.

No entanto, numa ou noutra possibilidade (pergunta ou resposta), (2) apresenta-se superficialmente como uma única estrutura sintática. Em outras palavras, embora haja possibilidades diferentes de interpretação, essas não se diferenciam sintaticamente.

É comum afirmar que uma interrogativa indireta se caracteriza entonacionalmente, por uma cadeia sonora descendente. Parece-me que isso não é verdade. Duas razões corroboram a minha posição. Primeiramente, as declarativas também podem se caracterizar por uma cadeia descendente. Logo, a entonação descendente não caracteriza as interrogativas indiretas em oposição às declarativas. Em segundo lugar, as interrogativas indiretas, em alguns casos específicos, podem ter o seu final em cadeia não descendente, como pode ocorrer em (5) abaixo.

(5) O professor perguntou quem fez os exercícios?

A interrogativa indireta em (5) se insere numa interrogativa direta e, como tal, parece que se submete à entonação característica de interrogativa direta.

Pelas duas razões apresentadas acima, pode-se concluir que as interrogativas indiretas não têm característica entonacional própria.

Não havendo correspondência entre interrogativas indiretas e perguntas, e não se caracterizando elas entonacionalmente como um subconjunto distinto das declarativas e das interrogativas diretas, parece-me que só sintaticamente poderíamos, com maior sucesso, caracterizá-las.

Parece-me que, sintaticamente, o que caracteriza as interrogativas indiretas é o tipo de verbo que aparece na oração principal, o tipo de complemento que a ele se une e o tipo de 'conectivo', claro ou subentendido, que liga esse complemento ao seu verbo.

Minha preocupação neste trabalho será só com interrogativas indiretas como objeto. Não constitui interesse meu, neste trabalho, mas reconheço a possibilidade de se falar em interrogativa indireta como sujeito ou aposto, conforme exemplos (6) e (7) abaixo, respectivamente.

(6) Quem faz essa bobagem não importa.

(7) Só quero saber isso: quem fez essa bobagem.

Embora não tenha me demorado em interrogativas como sujei-

to e como aposto, parece-me que essas têm comportamento sintático análogo ao das interrogativas indiretas como objeto.

Para mim, uma sentença como (2), embora possa ser pergunta ou resposta, se caracteriza como sendo de interrogativa indireta porque:

a – tem objeto direto oracional;

b – esse objeto é introduzido por um pronome interrogativo.

As características *a* e *b* acima determinam o tipo de verbo que aparece na oração principal, a saber, um verbo que admita objeto direto oracional introduzido por interrogativo, como é o caso de *perguntar* em (2).

De acordo com os itens *a* e *b* acima, e rejeitando a afirmação de que uma interrogativa indireta é necessariamente uma pergunta e que tem uma cadeia fônica descendente, podemos afirmar, por exemplo, que (8), (9) e (10) abaixo contêm interrogativas indiretas.

(8) Sei quem fez o trabalho.

(9) Paulo disse por que você não foi à festa.

(10) Você não sabe quem fez o trabalho?

Nesses três exemplos, temos objeto direto oracional introduzido por termo interrogativo. Além disso temos, nas sentenças acima, verbos característicos de interrogativa indireta, isto é, verbos (*saber* e *dizer*) que admitem *a* e *b*.

## 2. As interrogativas indiretas encobertas

### 2.1. Considerações preliminares

Baker considera como “interrogativa encoberta” um tipo especial de estrutura em que, logo após um verbo que admite interrogativa indireta, aparece, superficialmente, não um objeto oracional, mas um sintagma nominal não-oracional. Esse, às vezes, contém uma estrutura que, pelo menos à primeira vista, parece uma oração relativa.

Para Baker, são exemplos de “interrogativas encobertas” sentenças do tipo de (11) e (12) abaixo.

(11) John refused to tell the police the fellows who had been involved.

(12) Allen hasn't yet found out the plane's arrival time.

O exemplo (12) mostra que não é necessário que apareça uma oração relativa para que a sentença seja considerada de “interrogativa encoberta”.

Em português, parece que o fenômeno é paralelo ao inglês, conforme se pode notar em (13) e (14) abaixo.

(13) Carlos sabe a sala em que você trabalha.

(14) Eu sei a sua luta para estudar.

Pelo que se percebe também em (13) e (14), ora aparece oração relativa, ora não aparece.

Para Baker, as “interrogativas encobertas” são um tipo de construção diferente das interrogativas indiretas, mas com essas últimas, partilham certas características semânticas e sintáticas.

Essas características comuns são justamente o fato de uma “interrogativa encoberta” poder ser sinônima de uma interrogativa indireta e de ambas poderem ocorrer com verbos que admitem interrogativa indireta. Esses fatos, segundo Baker, podem ser observados em (15) e (16) abaixo.

(15) Susan found out the place where the meeting was to be held.

(16) Susan found out where the meeting was to be held.

No entanto, ao que me parece — a argumentação será desenvolvida no decorrer deste trabalho — uma sentença como (17) abaixo pode ser considerada de interrogativa indireta.

(17) Pedro sabe os prejuízos que seu pai teve.

Para mim, o teste decisivo é a possibilidade de introduzir o objeto do verbo *saber* em (17) pelo pronome interrogativo *qual*, conforme em (18) abaixo).

(18) Pedro sabe quais os prejuízos que seu pai teve.

Em (18), temos uma estrutura de interrogativa indireta, pois *quais*, nesse contexto só pode ser pronome interrogativo. Além disso, (17) e (18) são sentenças sinônimas. Essa sinonímia, a possibilidade do pronome *qual* e a ocorrência de um verbo que admite interrogativa indireta é que me autorizam a considerar (17) como estrutura de interrogativa indireta.

Pelos motivos expostos, decido chamar as "interrogativas encobertas" de *interrogativas indiretas encobertas*. Permaneço, na minha designação, com o adjetivo *encobertas*, pelo simples detalhe de elas não apresentarem, na superfície, um termo interrogativo, termo esse que, certamente, estará presente na estrutura subjacente e que, por efeito de uma regra, é eliminado a partir de certo estágio da derivação. Se podemos reconhecer a sinonímia entre (17) e (18), isso significa que, em termos de interpretação, o elemento interrogativo suprimido é plenamente recuperável em (17), o que nos parece ser motivação suficiente para se propor uma regra desse tipo. Esses detalhes serão discutidos posteriormente. No momento, basta reconhecer que (17) é uma interrogativa indireta.

Embora Baker não a chame de construção interrogativa indireta, ele sugere que ela é derivada de uma interrogativa indireta que com ela se relaciona. Isso está patenteado quando o referido autor afirma que as interrogativas indiretas são mais básicas que as encobertas. E para derivá-las (as encobertas), o autor sugere duas possíveis regras que numeramos aqui como (19) e (20).

$$\begin{array}{l}
 (19) \left[ \left[ \begin{array}{ccc} x & \text{WH-NP}_1 & Y \end{array} \right] \right] \Rightarrow \left[ \begin{array}{ccc} \text{NP}_1 & \left[ \begin{array}{ccc} X & \text{NP}_1 & Y \end{array} \right] & \end{array} \right] \\
 \text{NP} \quad \text{S} \qquad \qquad \qquad \text{S} \quad \text{NP} \quad \text{NP} \qquad \qquad \text{S} \qquad \qquad \qquad \text{S} \quad \text{NP} \\
 \\
 (20) \left[ \left[ \begin{array}{ccc} \text{NP}_1 & \text{BE} & \text{WH-PRO} \end{array} \right] \right] \Rightarrow \left[ \begin{array}{ccc} \text{NP}_1 & & \end{array} \right] \\
 \text{NP} \quad \text{S} \qquad \qquad \qquad \text{S} \quad \text{NP} \quad \text{NP} \qquad \qquad \text{NP}
 \end{array}$$

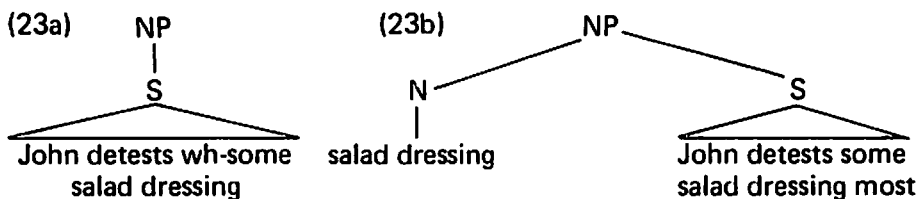
## 2.2. A regra (19)

A regra (19), segundo Baker, inseriria uma cópia do sintagma nominal interrogado como núcleo do sintagma nominal superior. Para mostrar o efeito dessa regra, Baker trabalha com os exemplos aqui numerados como (21) e (22).

(21) Sally can't remember what salad dressing John detests most.

(22) Sally can't remember the salad dressing that John detests most.

As árvores, segundo Baker, para o sintagma nominal objeto de (21) e (22) seriam as aqui numeradas como (23a) e (23b).



Não está explicitado pelo autor, mas está suficientemente claro pelo seu raciocínio que a estrutura (23b), correspondente à sentença (22) é o resultado da aplicação da regra (19) à estrutura (23a), correspondente à sentença (21). Isso significa que (23a) é subjacente a (23b).

Baker, ele mesmo, enumera três desvantagens da regra (19)

- 1 -- Essa regra não explicaria sentenças, neste trabalho numeradas como (24) e (25), em que o nome interrogado é acompanhado de um quantificador.

(24) John refused to tell us any of the people who were there.

(25) John told me several of the people who were there.

- 2 -- A regra em questão não dá bons resultados quando aplicada em interrogativas indiretas que contém mais de um elemento interrogado. Assim, segundo Baker, aplicando (19) à estrutura subjacente da sentença aqui numerada como (26), ter-se-ia a sentença agramatical (27).

(26) John refused to tell us which person ate what.

(27) \*John refused to tell us the person who ate what.

- 3 -- A terceira objeção surge ao se considerarem estruturas como (28) abaixo, em que não aparece objeto oracional nem oração relativa no objeto.

(28) John didn't know the exact amount of his debt.

Essas três objeções do autor se relacionam ao poder de generalização da regra (19). Ora ela não se aplica, como acontece em (26), pois se o fosse, ela geraria a sentença agramatical (27), ora ela não explica a ocorrência de certas interrogativas indiretas encobertas, como ocorre em (24), (25) e (28). Em outras palavras, a regra (19) não dá conta de impedir certas sentenças agramaticais e não explica a formação de outras tantas, gramaticais, que são interrogativas indiretas encobertas.

Além dessas objeções, vejo outros problemas, e sérios, com

relação à regra (19), não apontados pelo autor.

O primeiro se relaciona com a presença do artigo definido *the* em sentenças como (22), artigo esse ausente em sentenças como (21). Como aparece ele em (22) se na estrutura subjacente dessa sentença (que, segundo a hipótese em exame, seria a mesma de (21)), ele não existe? Em outras palavras, a regra (19) não explica o surgimento desse artigo "intruso" em interrogativas indiretas encobertas.

A presença desse artigo, inteiramente imprevista pela regra, estaria sugerindo que não se trata de uma simples cópia do sintagma nominal interrogado, como afirma Baker, mas também, ao que parece, da substituição do termo interrogativo pelo artigo definido, ou simplesmente da introdução de um artigo e da eliminação do termo interrogativo.

Se fosse a simples substituição do termo interrogativo pelo artigo, as interrogativas indiretas encobertas não seriam mais encobertas, pois, nesse caso, o artigo, pelo menos, teria valor de interrogativo e a sentença, assim, seria uma interrogativa indireta como outra qualquer que tenha termo interrogativo comum. Em português, essa posição de fazer uma correspondência semântica entre artigo e interrogativo seria frágil, pois, se assim fosse possível, seria difícil explicar uma sentença como (29) abaixo, pois, nesse caso, estariam concorrendo dois interrogativos (*qual* e *o*).

(29) Pedro sabe *qual* o livro que você comprou.

Nesse exemplo, o artigo não corresponde ao interrogativo, uma vez que o próprio interrogativo está presente na sentença. Da observação dessa sentença, pode-se afirmar que o artigo não é resultado da transformação de um interrogativo.

Se essa substituição de interrogativo por artigo não se sustenta, resta supor e defender que os dois fenômenos são independentes. Assim, estaria ocorrendo a outra possibilidade a que aludi acima, a saber, a introdução do artigo de um lado e a supressão do interrogativo de outro.

Se minhas considerações procedem, não estaria havendo uma cópia de sintagma nominal, como afirma Baker, mas, no máximo, a cópia de um nome. Aliás é isso que transparece quando observamos a árvore (23b) em que no ramo da esquerda existe um simples 'N'. Na verdade, está havendo uma contradição em Baker, pois ele coloca 'NP' na regra e 'N' no exemplo (23b).

Por outro lado, tratando ainda do termo interrogativo, não me parece, como alguém poderia pensar, que esse termo esteja sendo substituído pelo relativo (*that*): da maneira como Baker formalizou a regra (19), o relativo surgiria posteriormente, pois a estrutura resultante da

aplicação dessa regra estaria criando condições para a relativização: estaria ocorrendo a repetição de um sintagma nominal, condição primeira para o aparecimento do relativo. É verdade que há algum problema na relativização de uma estrutura como (23b), pois não há identidade formal completa entre *salad dressing* e *some salad dressing*. Essa identidade continuaria não existindo com a presença do artigo definido no primeiro dos dois sintagmas, uma vez que esse artigo não estaria também no segundo.

A posição de Baker ao propor a regra (19), além de tudo, nos autoriza a afirmar que, na superfície, haveria uma "relativa estranha" (nomenclatura usada por Brogan (1970) e Ross (1977)), isto é, uma relativa que provém de uma estrutura interrogativa. O autor não é explícito com relação ao fenômeno, mas Brogan, que propõe uma regra quase igual a (19), e Ross afirmam, explicitamente, a existência dessa "relativa estranha" ("strange relative") em estruturas derivadas de interrogativas indiretas.

Além dos problemas apontados, acho ainda que a regra (19) não explica um fato curioso que ocorre nas interrogativas indiretas encobertas. Nessas sentenças sempre haverá um artigo definido conjugado, digamos assim, com a presença de uma restrição ao nome. Se aparece o artigo, mas não a restrição, a sentença será agramatical, como se pode notar em (30) abaixo.

(30) \*Sei os livros.

Se aparece a restrição, mas não o artigo, a sentença será igualmente agramatical, como se pode também notar em (31) abaixo.

(31) \*Sei livros que você comprou

A sentença só será gramatical se ocorrerem, junto ao nome, o artigo definido e a restrição, como se pode notar nos exemplos de interrogativas indiretas encobertas vistos até aqui.

Esses fatos sugerem que só ocorre a chamada "relativa estranha" em interrogativas indiretas encobertas, quando houver, concomitantemente, o artigo definido e uma restrição junto ao nome.

Esses problemas todos a que me referi acima, unidos às objeções de Baker, certamente, colocam a regra (19) sob suspeição. Além do mais, na verdade, com tantos subentendidos e fatos inexplicados, ela não parece tão natural como afirma o autor.

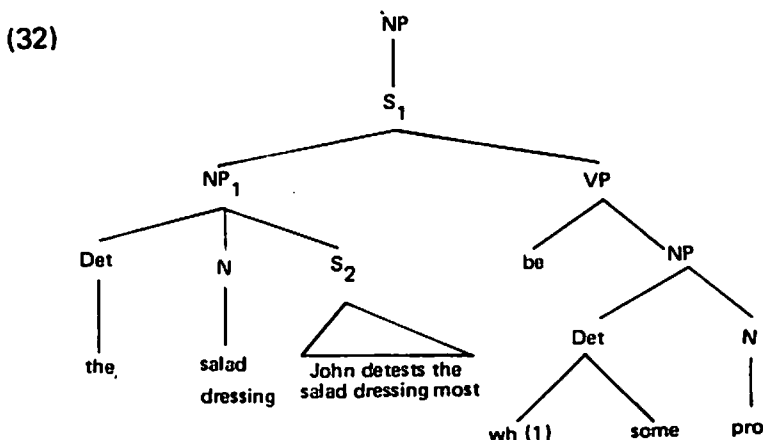
Passo agora, à análise da regra (20).

### 2.3. Regra (20).

Baker afirma que o efeito desta segunda regra seria o de substi-



tuir uma interrogativa indireta copular por seu sintagma nominal sujeito. Para isso, o autor sugere a árvore (32) abaixo como estrutura subjacente para o objeto de (22).



Baker afirma que a vantagem da regra (20) está no fato de ela dar conta dos fenômenos não explicados por (19). Para Baker, pois, essa regra consegue explicar a ocorrência de sentenças como (24) e (25) em que aparece um quantificador, consegue ainda explicar (28) em que o objeto não contém oração relativa, e consegue, ainda, impedir uma sentença como (27).

Para Baker a desvantagem de (20) está no fato de ela permitir a ocorrência de nomes próprios e pronomes em interrogativas indiretas encobertas, o que é impossível. Assim, da estrutura subjacente de (33) abaixo, pela aplicação de (20), ocorreria (34), e de (35) resultaria (36).

- (33) John wouldn't tell us who Lyndon Johnson is.
- (34) \*John wouldn't tell us Lyndon Johnson.
- (35) John forgot who she was, but he never forgot her face and her manner.
- (36) \* John forgot her, but he never forgot her face and her manner.

Segundo o autor, o mesmo problema ocorreria com os indefinidos genéricos. Assim, a regra estaria permitindo gerar, de (37), uma estrutura como (38), o que não deveria ocorrer dada a agramaticalidade dessa última.

- (37) John can't remember what a llama is.
- (38) \*John can't remember a llama.

Além da vantagem apontada por Baker, a saber, a de que (20) resolveria as objeções que o autor apontou com relação à regra (19), há, na minha opinião, uma outra vantagem em (20). Essa regra não faz surgir um artigo não se sabe de onde, como estava acontecendo com (19). A regra (20) prevê a presença desse artigo definido, já na base. Observe-se que esse artigo já está presente na estrutura subjacente que Baker sugere em (32).

Outra vantagem, ainda, da regra (20) é que já está prevista, também na base, uma estrutura que dará origem a uma relativa na superfície, como se pode também notar em (32). Essa relativa será gerada, digamos assim, por vias normais, pois a identidade formal é total nos dois sintagmas nominais (the salad dressing). A grande vantagem, nesse caso, está em se considerar essa relativa como sendo comum, e não "estranha".

Um problema, na minha opinião, referente a essa regra é que ela faz Baker entrar em contradição, pois ele partiu do pressuposto de que as sentenças (21) e (22) são sinônimas.

Isso significaria que essas sentenças deveriam ter a mesma estrutura subjacente. Qual, no entanto, seria essa estrutura? A que o autor sugere em (32), certamente, não poderá ser subjacente a (21). Nesse caso, onde estaria a suposta sinonímia de (21) e (22)?

O maior problema de (20), na minha opinião, é que essa regra não prevê, na sua descrição estrutural, a necessidade absoluta, ao que me parece, de o sintagma nominal ser determinado seja por uma estrutura relativa, seja por um outro complemento qualquer. Parece-me que é justamente por isso que ela não se aplicaria em (33), (35) e (37).

Baker tem um pouco de dificuldade em indicar qual das duas regras, (19) e (20), é a melhor. Inicialmente, ele afirma que (20) dá conta das sentenças não explicadas pela regra (19), a saber, as sentenças (24) (25), (27) e (28). Em seguida, ele aponta desvantagens da regra (20), a saber, a possibilidade de se gerarem sentenças agramaticais como (34) (36) e (38). Ele afirma ainda que a regra (20) parece menos natural que (19). No final das contas, por conveniência — não se sabe qual é, exatamente, esta conveniência — o autor opta pela regra (20).

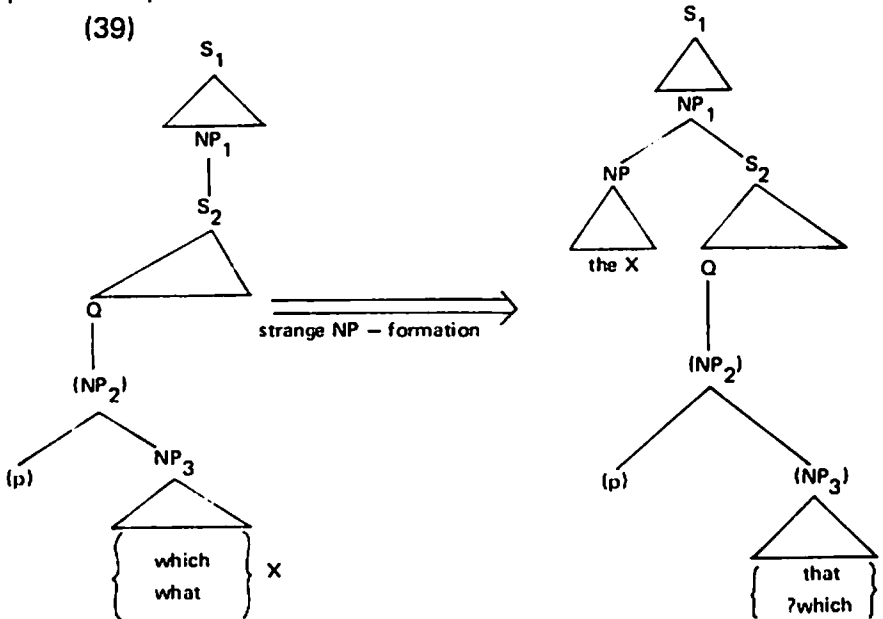
Acho a regra (20) mais interessante que a (19), pois os problemas desta última me parecem incontornáveis, o que não acontece com a primeira. Na verdade, a minha proposta de análise é bastante parecida com a regra (20), conforme terei oportunidade de mostrar. No momento, basta reconhecer que a regra (20) pressupõe uma sinonímia de sentenças (como indiquei, Baker não explicita esse fato): de um lado uma interrogativa indireta encoberta; de outro, uma interrogativa indireta copular com interrogativo claro. Além de explicar as sentenças (24), (25) e (28) não explicadas pela regra (19), a regra (20) não cria embaraços no que se refere ao artigo e à oração relativa. O artigo já

estaria na estrutura subjacente, gerado pelas regras de base. A relativa seria conseqüência da aplicação da relativização e não uma "relativa estranha", produto indireto de alguma outra regra. Não haveria, portanto, com a regra (20), a estranha transformação de interrogativo em relativo, nem a introdução do artigo definido, conforme estaria ocorrendo em uma análise que incluísse a regra (19).

Nesses aspectos, a minha análise será praticamente igual à regra (20). A diferença básica está nas condições da regra, na sua descrição estrutural. Essas condições explicarão a impossibilidade de interrogativas indiretas encobertas com nomes próprios, pronomes e genéricos em geral. O que apresento a mais é uma série de considerações a respeito da sinonímia entre interrogativas indiretas encobertas e interrogativas indiretas com interrogativo claro e a respeito do tipo de interrogativo que aí pode aparecer. No momento oportuno, farei as devidas colocações. Passo agora à análise de Brogan.

#### 2.4. A regra de Brogan (1970).

O trabalho de Brogan, não publicado, está relatado em Ross (1977). Brogan, preocupado com uma possível "relativa estranha" nas interrogativas indiretas encobertas, sugere uma regra que se aproxima da regra (19) de Baker. Brogan chama-a de "Strange NP-formation". Não sei se o autor a formalizou em seu trabalho (ela me é conhecida através de Ross (1977)). Por isso, cito-a como está em Ross, conforme se pode ver aqui sob o número (39).



Pena não conhecer a formalização de Brogan (se é que ela existe), pois, como está em Ross, é praticamente impossível avaliar, em todos os seus detalhes, essa regra da "strange NP-formation". Afirmei ser quase impossível avaliá-la com mais cuidado, pois (39), como se pode notar, é algo bastante vago, senão estranho.

Assim, parece-me extremamente estranha a presença de um 'Q' dominando um 'NP'. Parece que Brogan estaria querendo afirmar ou mostrar que 'NP<sub>2</sub>' é interrogado. Ross nada explica a respeito dessa posição estranha para 'Q'.

Ross nada explica, também, a respeito de '(NP<sub>2</sub>)' e '(p)'. Por que esses símbolos ou nódulos estão entre parênteses? São optativos? O que é '(p)'? Preposição?

É possível que Brogan, ao colocar parênteses em 'NP<sub>2</sub>' e 'p', esteja querendo afirmar que, dominados por 'NP<sub>1</sub>', podem existir 'NP<sub>2</sub>' e 'NP<sub>3</sub>', mas pode existir só 'NP<sub>3</sub>'. Com isso, o autor estaria querendo explicar sentenças de interrogativa indireta encoberta que contêm um 'NP' não dominado por sintagma preposicional — conforme exemplo (40) abaixo — e sentenças em que além do 'NP' existe um sintagma preposicional que o domina — conforme o exemplo (41) abaixo:

(40) Joaquim sabe a casa que Maria comprou.

(41) Joaquim sabe a casa em que Maria mora.

Para Brogan, ao que parece, (40) seria sinônima de (42), e (41) seria sinônima de (43).

(42) Joaquim sabe qual casa Maria comprou.

(43) Joaquim sabe em qual casa Maria mora.

Para resumir discussões, digamos que NP<sub>3</sub> em (39) poderia, segundo Brogan, ser dominado por um sintagma preposicional, no caso ('NP<sub>2</sub>').

Essencialmente, a regra (39) de Brogan transportaria 'X' (certamente um nome — *casa* em (42) e (43)) dominado por 'NP<sub>3</sub>' para a dominação direta de 'NP<sub>1</sub>', introduziria um artigo definido junto a esse 'X' transportado e deixaria, sob a dominação de 'NP<sub>3</sub>', um interrogativo transformado em "falso" relativo.

Brogan apresenta alguns argumentos a favor de sua regra. Gostaria de apontar um deles, o primeiro. Ross afirma que esse argumento derivaria da observação (6), numerada aqui como (44).

(44) "Strange NP's must be modified: *Jim told them the street* †*(that we live on)*, while normal, garden-variety, NP's need not be: *Jim avoided the street (that we live on)*." (Ross, 1977, pág. 517).

A notação (†. . .) de Ross não é usual. O que ele quer afirmar é que uma seqüência como "*Jim told them the street*" só será gramatical na língua se for acompanhada de uma restrição como "*that we live on*", o que não ocorre com a seqüência como "*Jim avoided the street*" que será gramatical, seguida ou não de uma restrição como "*that we live on*".

Essa necessidade de o 'SN' ser modificado na superfície, a ponto de se tornar agramatical a sentença, caso essa modificação não se apresente, seria uma evidência, segundo Brogan (Ross também o admite), de que (39) é uma regra válida, pois ela explicaria essa idiosincrasia de tal 'SN' depois de verbos de interrogativa indireta.

Analisando (44), pode-se perceber que, ao contrário de Baker em (19), Brogan prevê, explicitamente, a necessidade de que o 'SN' das interrogativas indiretas encobertas seja modificado, necessariamente, de alguma forma, por uma oração relativa. A regra (39), nesse caso, explicaria — o que a regra (19) de Baker não fazia — a impossibilidade de interrogativas indiretas encobertas com nomes próprios, pronomes e nomes genéricos em geral como em (24), (26) e (28), uma vez que nesses casos não haveria a possibilidade de um modificador ou restringidor.

Apesar dessa vantagem de (39) sobre (19), alguns fatos permanecem estranhos na regra de Brogan.

O primeiro fato estranho é o efeito colateral da regra que *cria* um artigo para o SN estranho. A regra de Brogan é mais explícita do que a de Baker, com relação à presença deste artigo. Baker, simplesmente, finge não conhecê-lo. Brogan, embora o reconheça, não explica o seu aparecimento. Vale, pois, para Brogan a mesma crítica feita a Baker: de onde vem esse artigo "intruso", se na estrutura de origem, ele não existe? A única certeza que se tem, o que não acontece com relação a Baker, é que Brogan não o deriva de um interrogativo, mas, simplesmente, o introduz, acrescenta-o ao sintagma nominal transportado pela regra (39).

Outro fato também estranho em Brogan é a transformação do interrogativo *which* ou *what* no "falso" relativo *that*, criando o que ele mesmo chama de uma "relativa estranha". Como pode um pronome interrogativo se transformar num relativo, e, além de tudo, a sentença ainda ficar sob forma interrogativa encoberta? Essa transformação me parece "ad hoc" e mais do que isso, desnecessária, pois há maneira de

evitar tal explicação, conforme mostrarei em minha análise. Como mostrarei mais adiante, a minha posição evita os dois inconvenientes, a saber, a criação de um artigo e a transformação de um termo interrogativo em relativo, propostas por Brogan.

Outro fato estranho em (39) é a presença de um 'Q' após a aplicação da "strange NP-formation", como se pode notar. Esse 'Q' não se justificaria, pois o termo interrogativo já se transformou, nessas alturas, em relativo.

A regra (39) como está formulada e os fatos indicados nesta seção parecem indicar a pouca consistência da regra de Brogan e parecem evidenciar ter ela vários componentes "ad hoc". Aliás, essa regra pouco difere da (19) de Baker. Basicamente, Brogan é mais explícito com relação ao artigo definido, que é introduzido pela regra (39) e com relação à "relativa estranha".

## 2.5. Uma nova posição.

Segundo as posições defendidas por Baker, Brogan e Ross, deveríamos afirmar que as sentenças (45) e (46) abaixo são sinônimas.

(45) Pedro sabe os livros que Paulo comprou.

(46) Pedro sabe quais livros Paulo comprou.

No entanto, tenho as minhas dúvidas sobre se essa sinonímia existe. Conforme tentarei demonstrar, (45) me parece sinônima, não de (46), mas de (47) e (48) abaixo.

(47) Pedro sabe quais os livros que Paulo comprou

(48) Pedro sabe quais são os livros que Paulo comprou.

Para justificar as afirmações acima, começemos por considerar os conjuntos de sentenças (49) e (50) abaixo.

(49) a – Quais meninos foram vacinados?

b – Qual astronauta brasileiro foi à lua?

c – Qual aluno da quinta série trouxe um mapa?

d – Quais professores chegam atrasados ao colégio?

(50) a – Quais os alunos que foram vacinados?

- b – Qual o astronauta brasileiro que foi à lua?
- c – Qual o aluno de quinta série que trouxe um mapa?
- d – Quais os professores que chegam atrasados ao colégio?

À primeira vista, possivelmente, afirmaríamos que os pares (49a) e (50a), (49b) e (50b), (49c) e (50c), (49d) e (50d) são sinônimos. Alguém poderia dizer que esses pares de sentenças são variações de uma mesma estrutura e que o falante usaria uma ou outra das duas sentenças, indistintamente. Acho que isso não é verdade. Se minha intuição está certa, há uma real diferença entre a série (49) e a (50) acima.

Tomemos, para começar, o par (49d) – (50d).

Quem faz uma pergunta sob a forma de (49d) pode estar sabendo, mas não obrigatoriamente, que alguns professores chegam atrasados ao colégio. Já com relação a (50d), parece que a pessoa que faz a pergunta pressupõe que, pelo menos, um professor chega atrasado ao colégio.

Para ficar mais clara a situação, imaginemos que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sabendo que, em alguns de seus colégios, professores chegam atrasados, resolva tomar providências a respeito do problema. Digamos que, em circular distribuída às diversas unidades, a prefeitura faça a pergunta (49d). Não seria de admirar que o colégio X respondesse afirmando que lá nenhum professor chega atrasado. Essa resposta não colocaria, obrigatoriamente, a prefeitura de sobreaviso com relação a esse colégio. Simplesmente, a pergunta (49d) não pressupõe, necessariamente, que professores cheguem atrasados, num colégio em particular. A pergunta, antes, significaria que, se houver professores que chegam atrasados ao colégio X, que se indiquem os nomes. Se, por outro lado, a mesma prefeitura, em circular, fizesse a pergunta (50d), certamente, o colégio poderia supor que a prefeitura sabe que, naquele colégio, há professores que chegam atrasados. Nesse caso, uma resposta afirmando que, naquele colégio, professores não chegam atrasados causaria uma possível surpresa: ou o colégio estaria mentindo ou a prefeitura estaria equivocada.

Parece-me que (50d) tem, pois, um pressuposto, o que a distinguiria de (49d). Quem faz a pergunta (50d) estaria partindo do pressuposto, real ou imaginário, verdadeiro ou falso, de que no colégio há professores que chegam atrasados e o que se quereria saber com uma pergunta como (50d) seria quais eram esses professores que atrasam. Já (49d) não teria esse pressuposto, e o que se quereria saber seria quais eram os professores que atrasam, caso haja algum.

Parece que o mesmo tipo de diferença existe entre (49c) e (50c) repetidas aqui para facilidade de referência.

(49c) Qual aluno da quinta série trouxe um mapa?

(50c) Qual o aluno da quinta série que trouxe um mapa?

Quem faz uma pergunta como (49c) não sabe, obrigatoriamente, se algum aluno da quinta série levou um mapa para o colégio. Se algum levou, o que se queria saber em (49c) seria o nome desse aluno. Já em (50c), certa ou erradamente, já se parte do pressuposto de que um aluno da quinta série levou um mapa para o colégio e o que se queria saber, nesse caso, seria o nome desse aluno. Isso significaria que em (49c) o conjunto referencial seriam os possíveis alunos que poderiam ter levado um mapa, enquanto que em (50c) o conjunto referencial seriam os alunos que levariam um mapa. Isso significaria, ainda, que, de alguma forma, já se sabia em (50c) que um aluno da quinta série teria levado um mapa.

Observemos que a uma pergunta como (49c) não seria estranho nem inesperado responder com (51), de maneira negativa. Já com relação a (50c), uma resposta negativa como (51), no mínimo, seria inesperada para quem tivesse formulado a pergunta.

(51) Nenhum aluno da quinta série trouxe mapa.

O par (49b) — (50b) é interessante, pois nenhum astronauta brasileiro, ao que se sabe, foi à lua.

É claro que, em qualquer dos dois casos, a resposta só poderia ser negativa, pois nenhum astronauta brasileiro foi à lua. No entanto, é como se a pessoa que formula (50b) tivesse ouvido falar, erradamente, é claro, que um astronauta brasileiro tivesse ido à lua e essa mesma pessoa estivesse querendo saber o nome do astronauta. Nesse caso, uma resposta negativa seria, possivelmente, menos esperada que em (49b), pois a negação na resposta exigiria da pessoa que fez a pergunta a negação também do seu pressuposto, a saber, de que um astronauta brasileiro tivesse, realmente, ido à lua.

Assim, eu poderia parafrasear (49) e (50) do modo que se segue em (52) e (53), respectivamente.

(52) a — Se algum menino foi vacinado, diga qual (ou quais).

b — Se algum astronauta brasileiro foi à lua, diga qual.

c — Se algum aluno da quinta série trouxe um mapa, diga qual.

d — Se algum professor chega atrasado ao colégio, diga qual (quais).



(53) a – Indique os meninos que foram vacinados.

b – Indique o astronauta brasileiro que foi à lua.

c – Indique o aluno da quinta série que trouxe um mapa.

d – Indique os professores que chegam atrasados ao colégio.

Basicamente, poder-se-ia afirmar que a série (50) é sinônima de (54) abaixo em que aparece a cópula *ser*.

(54) a – Quais são os meninos que foram vacinados?

b – Qual é o astronauta brasileiro que foi à lua?

c – Qual é o aluno da quinta série que trouxe um mapa?

d – Quais são os professores que chegam atrasados ao colégio?

Parece-me que a série (54) comporta as mesmas interpretações dadas a (50), inclusive no aspecto do pressuposto descrito nessa última série. Aliás, esse pressuposto é mais claro quando o pronome *qual* aparece no final da sentença – uma estrutura menos transformada que a série (54). Como exemplo, tomo a sentença (54d) na sua versão menos transformada conforme se pode ver em (55) abaixo.

(55) Os professores que chegam atrasados ao colégio são quais?

Em (55) se torna mais claro que professores chegam atrasados ao colégio e o que se quer é só a indicação ou a identificação desses professores. Uma resposta afirmando que nenhum professor chega atrasado, parece-me, é praticamente impossível.

É verdade que em (55) há também uma mudança de tópico, o que, acredita-se, acarretaria a existência do mesmo pressuposto que venho descrevendo. Embora o *tópico* seja muito estudado, ainda há muita controvérsia a respeito do assunto e, na verdade, pouco se sabe a respeito do mesmo. Acredita-se, por exemplo, que o tópico acarreta julgamento de veracidade ou existência do conteúdo topicalizado. Assim em (56) abaixo, Maria é casada e tem, portanto, um marido.

(56) Um marido está sendo procurado por Maria.

Esta interpretação se dá, segundo afirmam, porque o sintagma

nominal *um marido* está topicalizado. No entanto, a colocação não é tão tranqüila e nem sempre este julgamento de veracidade existe. Assim, em (57) abaixo, não interpretamos que Maria seja casada e que, portanto, existe, realmente, um marido. Embora *um marido* esteja topicalizado, nem por isso acredita-se que, realmente, exista um marido.

(57) Um marido Maria está procurando.

Diante desses fatos, pode ser que em (55) o pressuposto de que professores chegam atrasados ao colégio se deva ao fato de este sintagma nominal estar topicalizado. No entanto, a razão pode também não ser esta, uma vez que, na verdade, nem sempre um tópico comporta tal pressuposto, conforme se pode, mais uma vez, observar em (57).

Diante da dúvida, até que não se mostre o contrário, posso continuar acreditando na afirmação que venho fazendo sobre (55).

A diferença de significado entre (50) e (54) de um lado e (49) de outro resulta, certamente, em diferença de estrutura. Vou propor para a série (54) uma estrutura em que *qual* seja o predicativo e a seqüência após a cópula seja o sujeito. Nesse sujeito estou supondo um nome (núcleo) determinado por um determinante definido e por uma oração relativa restritiva. Tomo (54a) como exemplo. Para essa sentença, proponho a forma subjacente (58) abaixo.

(58) [Q os meninos [ $\Delta$  vacinar os meninos] ser qu-pro]

1    2    2    1

A forma menos transformada de (54a) é (59) abaixo (do mesmo tipo de (55)).

(59) Os meninos que foram vacinados são quais?

Para se chegar de (58) a (54a) aplicar-se-iam a passivação em 'O<sub>2</sub>', a relativização em 'O<sub>1</sub>', a posposição do sujeito em 'O<sub>1</sub>' e a colocação do SN-interrogado no início da sentença, a concordância e outras possíveis regras.

Em (59) não se aplicou a posposição do sujeito e não se colocou o SN-interrogado no início da sentença.

A sentença (50a) difere superficialmente de (54a), pois na segunda dessas aparece a cópula *ser* que não aparece na primeira. Sendo ambas sinônimas, é de se supor, simplesmente, que uma regra tenha eliminado a cópula *ser* de tal modo que de (54a) se derive (50a). Estou, pois, propondo para a série (50) a mesma estrutura proposta para a série (54).

Já para a série (49), estou propondo uma estrutura em que o interrogativo *qual* não é um predicativo, mas um simples determinante do nome que o acompanha. Assim, para (49a), por exemplo, sugiro a estrutura subjacente (60) abaixo.

(60) [Q  $\Delta$  vacinar qu-pro meninos]

Para se chegar de (60) a (49a), repetida abaixo, ter-se-iam a passivização, a colocação do sintagma interrogado no início da sentença, a concordância e outras possíveis regras.

(49a) Quais meninos foram vacinados?

Agora posso voltar às sentenças (45), (46), (47) e (48), repetidas aqui para facilidade de referência.

(45) Pedro sabe os livros que Paulo comprou

(46) Pedro sabe quais livros Paulo comprou

(47) Pedro sabe quais livros que Paulo comprou

(48) Pedro sabe quais são os livros que Paulo comprou

As sentenças (47) e (48) são sinônimas e a estrutura subjacente de seus objetos é do tipo de (58).

A sentença (46) tem a estrutura subjacente de seu objeto como em (60).

Com relação a (46), (47) e (48), não há grandes problemas. O problema está em determinar a estrutura subjacente a (45). Pelas teorias de Baker (pelo menos no que se refere à regra (19)), de Brogan e de Ross, a estrutura subjacente de (45) seria igual à de (46), a saber, (60), pois, a considerar esses autores, (45) e (46) seriam sinônimas. Nesse caso, as propostas de regras de derivação de (45) seriam (19) de Baker ou (39) de Brogan. No entanto, como já tive ocasião de mostrar, há problemas sérios com relação a essas regras. Apesar de algumas limitações, a regra (20) de Baker pressupõe que a estrutura subjacente de (45) seria não do tipo de (60), mas de (58). Para isso, (45) seria sinônima não de (46), mas de (47) e (48).

O que eu pretendo é apresentar uma pequena evidência em favor de se afirmar que (45) é sinônima de (47) e (48) e não de (46). Nesse caso, estarei de acordo com alguns dos pressupostos de Baker, quando ele apresenta a regra (20).

Conforme tive oportunidade de mostrar, páginas atrás, as séries (50) e (54) comportam uma diferença da série (49). Essa diferença seria essencialmente em termos de pressuposição. Assim, só para tornar presente a reflexão feita, uma sentença como (50d), repetida aqui, comporta o pressuposto de que alguns professores chegam atrasados ao colégio, enquanto (49d), também repetida aqui, não teria o referido pressuposto.

(49d) Quais professores chegam atrasados ao colégio?

(50d) Quais os professores que chegam atrasados ao colégio?

Essa diferença eu tentei concretizar através das propostas de estruturas subjacentes do tipo de (58) e (60).

Ao trabalhar com estruturas interrogativas indiretas como (45) e (46), os fatos não são de todo evidentes, pois outras variantes, ao que parece, interferem no processo de interpretação. A própria natureza sintática da interrogativa indireta contribui, pois se trata sempre de uma oração subordinada que se liga estreitamente ao verbo da oração principal, do qual de certo modo passa a depender. Esse fato, a subordinação, certamente, interfere na interpretação de tais estruturas. Assim, um pressuposto, porventura existente numa estrutura independente, pode estar atenuado ou até mesmo neutralizado quando a estrutura ocorrer como subordinada, sobretudo em decorrência do tipo de verbo que aparece na principal.

Por exemplo, um verbo como *saber*, pela sua própria semântica, neutraliza a pressuposição, a que venho me referindo, na subordinada.

Esse verbo determina a não falsidade do seu objeto. Assim, por exemplo, uma sentença como (61),

(61) Eu sei que Marcos chegou,

pressupõe, obrigatoriamente, que Marcos, realmente, tenha chegado. Isso ocorre, não por alguma propriedade da oração *Marcos chegou*, mas como decorrência da semântica de *saber*.

Assim, em uma sentença como (62) abaixo,

(62) Eu sei quais meninos foram vacinados,

há o pressuposto de que alguns meninos foram vacinados. No entanto, isso se deve não à estrutura do objeto, mas ao verbo *saber*, que pressupõe a verdade do seu objeto.

Assim também em (46), por causa do verbo *saber*, há o pressuposto de que Paulo comprou alguns livros. Como Pedro poderia saber quais livros Paulo comprou, se este não os tivesse comprado?

Assim, por causa do verbo *saber*, tanto em (45) quanto em (46) há o pressuposto de que Paulo comprou livros. Desse modo, a possível diferença entre essas duas sentenças no que se refere à pressuposição na estrutura subordinada — (45) contém uma subordinada próxima da série (50), enquanto (46), uma subordinada do tipo da série (49) — estaria sendo neutralizada pelas exigências lógicas e semânticas do verbo *saber*.

Embora isso ocorra com um verbo como *saber* — daí a impossibilidade de se reconhecer uma diferença de pressuposição na subordinada — verbos há que confirmam a diferença a que venho me referindo. Verbos como *dizer*, por exemplo, admitem a veracidade ou falsidade na subordinada. Desse modo, uma sentença como (63) não pressupõe, obrigatoriamente, que Margarida tenha, de fato, chegado.

(63) Carmen disse que Margarida chegou

A sentença (63) é uma evidência de que, realmente, um verbo como *dizer* admite o julgamento de veracidade ou falsidade no seu objeto. Ou seja, *dizer* é “não-factivo”, segundo a terminologia de Kiparsky & Kiparsky (1970).

Vejamos agora o que ocorre com o verbo *dizer* em sentenças do tipo de (45) e (46). Para isso, tomo como referência as sentenças (64) e (65) abaixo.

(64) Pedro disse os livros que Paulo comprou.

(65) Pedro disse quais livros Paulo comprou.

Embora o verbo *dizer* não interfira no julgamento da veracidade ou falsidade do que se afirma no seu objeto, parece-me que em (64) só se entende a afirmação feita no objeto (*os livros que Paulo comprou*) como sendo verdadeira. Em outras palavras, Paulo comprou livros e Pedro, sem erro, disse quais eram. Essa afirmação tem como evidência a estranheza de (66) na qual se tenta negar o que se afirma na subordinada.

(67) ?Pedro disse os livros que Paulo comprou, mas logo viu que estava enganado.

No entanto, parece-me possível haver falsidade no conteúdo da subordinada em (65) — estrutura do tipo de (45) —, o que se pode notar pela não estranheza de (67).

(67) Pedro disse quais livros Paulo comprou, mas logo viu que estava enganado.

Apesar da neutralização da diferença entre (45) e (46) em termos de pressuposição (na verdade essa não dá conta da diferença nas duas sentenças em questão, devido, conforme já afirmei, às exigências semânticas do verbo *saber*), continuo achando possível propor a estrutura subjacente para (45) como em (58); e a estrutura subjacente para (46) como em (60). A razão está nos fatos apontados para verbos como *dizer*, que ocorrem nas mesmas estruturas em que ocorre o verbo *saber*, isto é, em estruturas do tipo de (45) e (46).

## 2.6. A sinonímia entre (45) e (47) – (48).

A aproximação de (45) com (47) e (48), repetidas aqui, parece-me possível.

(45) Pedro sabe os livros que Paulo comprou.

(47) Pedro sabe quais os livros que Paulo comprou.

(48) Pedro sabe quais são os livros que Paulo comprou.

Dois fenômenos embasam a afirmação de que essas sentenças são sinônimas. O primeiro se refere ao pressuposto estudado anteriormente em sentenças do tipo de (50) e (54), a saber, o da veracidade da afirmação. Já vimos que com um verbo como *saber*, devido a sua semântica, neutraliza-se o pressuposto na subordinada de (45), o mesmo acontecendo com relação a (47) e (48). Mas, como mostrarei também, o referido pressuposto é identificável em verbos como *dizer*, o que pode mais uma vez atestar a estranheza de (66). Se em lugar de *saber* em (47) e (48) aparecer o verbo *dizer*, certamente, já se poderá atestar a não falsificação na subordinada, como se pode notar em (68) e (69) abaixo.

(68) Pedro diz quais os livros que Paulo comprou.

(69) Pedro diz quais são os livros que Paulo comprou.

Nessas sentenças — apesar de um verbo como *dizer*, em princípio, admitir a falsidade do que se afirma na subordinação — o fato foi mostrado em (63), (65) e (67) — parece acertado afirmar que Paulo, realmente, comprou livros e que Pedro diz quais são eles. Em outras palavras, em (68) e (69), só se pensa como verdadeira a afirmação de que Paulo tenha comprado livros. Esse fato se nota ainda na estranheza de (70) e (71) abaixo.

(70) ?Pedro diz quais os livros que Paulo comprou, mas logo em seguida vê que está enganado.

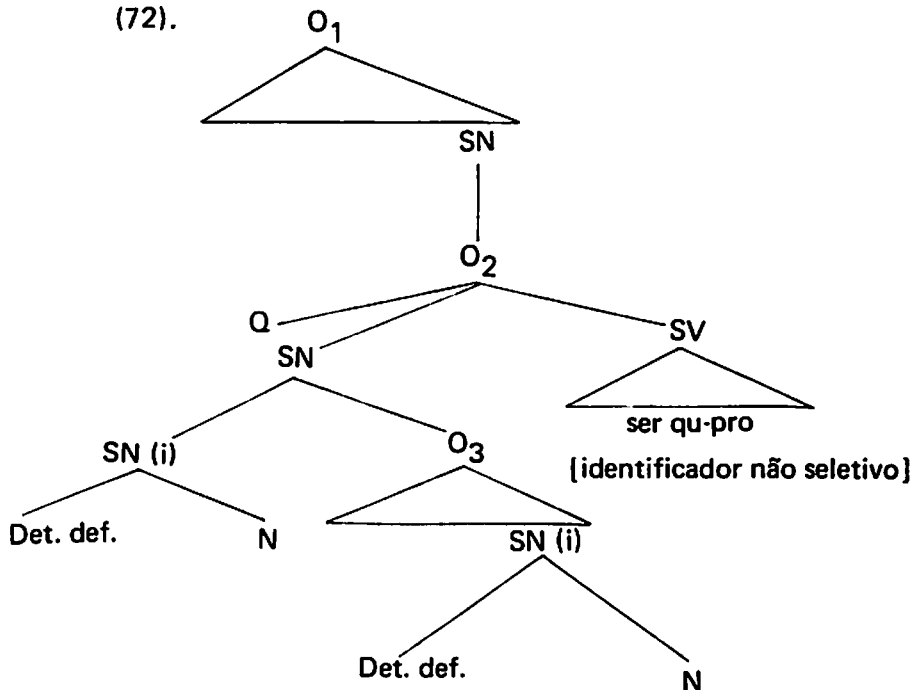
(71) ?Pedro diz quais são os livros que Paulo comprou, mas logo em seguida vê que está enganado.

Além desse fato que identifica um mesmo tipo de pressuposto em (45) de um lado e (47) e (48) de outro, há um segundo fato que, para mim, mostra que são sinônimas. Em (47) e (48), o pronome *qual* não é do tipo que aparece em (46), isto é, não é pronome adjetivo. Antes, é um pronome substantivo em função predicativa e que, se estou certo no meu julgamento, não é pronome seletivo, mas, antes, um indicador dos livros que Paulo, realmente, comprou.

Em (45), ao que me parece, há também uma simples indicação dos livros que Paulo comprou. Essa identificação (não seletiva), mais uma vez, faz de (45) uma sentença sinônima de (47) e (48). O fato apontado, me parece, é uma evidência de que um *qual*, caso apareça na base de (45), não será seletivo ou “destacador” (como em (46)), mas do tipo de que aparece em (47) e (48).

Diante do exposto, proponho para (45) a mesma estrutura subjacente de (47) e (48), análoga a (58) – esquematizada como em (72).

(72).



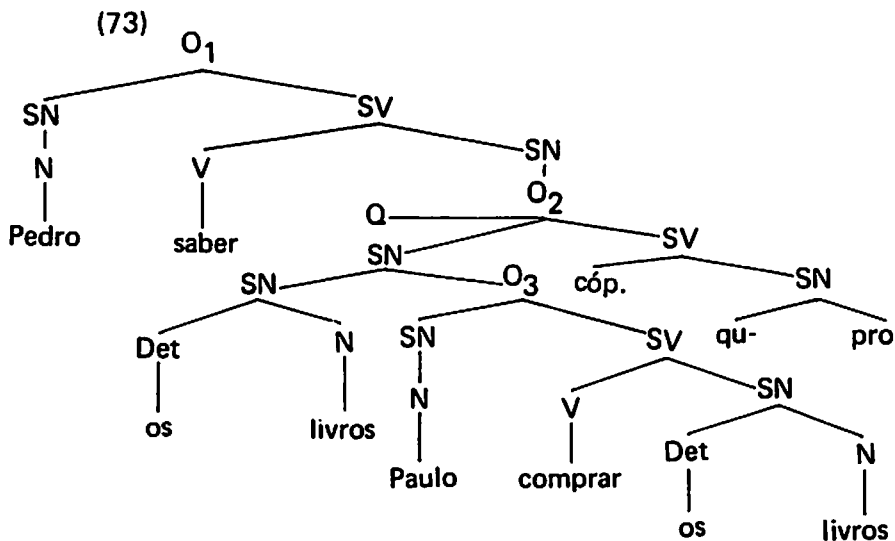
Com a proposta (72), estou afirmando que toda sentença interrogativa indireta encoberta é sinônima de uma interrogativa indireta de interrogativo claro (pronomes *qual*) e que ambas têm, na base, estrutura copular, o que diferencia minha análise das pressupostas nas regras (19) e (39).

Além dessa diferença entre minha proposta e as de Baker (regra (19) e de Brogan, outras poderiam ser reafirmadas (alguns dos pressupostos que embasam minha análise se identificam com os da regra (20) de Baker como já tive ocasião de mostrar):

- 1 — Minha análise parte do pressuposto de que, já na base, está o determinante definido que acompanha o nome que se segue ao verbo principal;
- 2 — Esse mesmo nome nunca pode ser genérico;
- 3 — Esse nome terá que ser modificado já na base;
- 4 — O modificador será algum tipo de restrição, não precisando, obrigatoriamente, de ser uma oração.

## 2.7. Regra de formação da interrogativa indireta encoberta.

Pelo que desenvolvi até o momento, as sentenças (45), (47) e (48) são sinônimas e, portanto, têm a estrutura subjacente que é (73) abaixo:





As sentenças (45) e (47) diferem de (48) porque essa última apresenta, clara, a cópula. Por outro lado, (45) se diferencia de (47) e (48) pelo fato de não conter o termo interrogativo.

A distinção superficial dessas sentenças se faz, pois, por intermédio de duas regras. Uma de supressão da cópula e outra de supressão do interrogativo *qual*. Observando a estrutura subjacente (73), pode-se concluir que a sentença (48) é mais básica que (47) e (45). De (48) a (47) se chega pela supressão da cópula e desta última se chega a (45) pela supressão do interrogativo.

Além dessas regras, outras se aplicam às três sentenças em questão. *Grosso modo*, as derivações seguiriam o esquema (74) abaixo.

$$(74) \left[ \begin{array}{ccc} \left[ \text{Pedro saber} \right]_1 & \left[ \text{Q os livros} \right]_2 & \left[ \text{Paulo comprar os livros} \right]_3 \\ & \left. \begin{array}{l} \text{ser qu + Pro} \\ \phantom{\text{ser qu + Pro}} \end{array} \right]_2 & \phantom{\left. \begin{array}{l} \text{ser qu + Pro} \\ \phantom{\text{ser qu + Pro}} \end{array} \right]_2} \end{array} \right]_1 \quad (\text{estrutura (78)})$$

$$\text{Relativ.} \quad \left[ \begin{array}{ccc} \left[ \text{Pedro saber} \right]_1 & \left[ \text{Q os livros} \right]_2 & \left[ \text{que Paulo comprar} \right]_3 \\ & \left. \begin{array}{l} \text{ser qu + Pro} \\ \phantom{\text{ser qu + Pro}} \end{array} \right]_2 & \phantom{\left. \begin{array}{l} \text{ser qu + Pro} \\ \phantom{\text{ser qu + Pro}} \end{array} \right]_2} \end{array} \right]_1$$

$$\text{Extr. Suj.} \quad \left[ \begin{array}{ccc} \left[ \text{Pedro saber} \right]_1 & \left[ \text{Q ser qu + Pro os livros} \right]_2 & \left[ \text{que Paulo} \right]_3 \\ & \left. \begin{array}{l} \text{comprar} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_3 & \left. \begin{array}{l} \phantom{\text{comprar}} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_2 & \phantom{\left. \begin{array}{l} \text{comprar} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_3} \end{array} \right]_1$$

$$\text{Mov. SN-int.} \quad \left[ \begin{array}{ccc} \left[ \text{Pedro saber} \right]_1 & \left[ \text{qu + Pro ser os livros} \right]_2 & \left[ \text{que Paulo} \right]_3 \\ & \left. \begin{array}{l} \text{comprar} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_3 & \left. \begin{array}{l} \phantom{\text{comprar}} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_2 & \phantom{\left. \begin{array}{l} \text{comprar} \\ \phantom{\text{comprar}} \end{array} \right]_3} \end{array} \right]_1$$

Não aplicando a supressão da cópula e a supressão do interrogativo, pode-se chegar, aplicando outras regras, à sentença (48).

Retomando a última linha da derivação em (74) e aplicando a supressão da cópula e outras regras, mas não a supressão do interrogativo, chega-se a (47). Isso se pode notar em (75) abaixo:

(75)  $\left[ \begin{array}{c} \bar{P}edro\ saber \\ 1 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}u + Pro\ ser\ os\ livros \\ 2 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}ue\ Paulo \\ 3 \end{array} \right]$   
 $\left. \begin{array}{c} \left. \left. \left[ \begin{array}{c} comprar \\ 3 \end{array} \right] \right] \right] \right]$

Supr. cóp.

$\left[ \begin{array}{c} \bar{P}edro\ saber \\ 1 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}u + Pro\ os\ livros \\ 2 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}ue\ Paulo \\ 3 \end{array} \right]$   
 $\left. \begin{array}{c} \left. \left. \left[ \begin{array}{c} comprar \\ 3 \end{array} \right] \right] \right] \right]$

A partir do resultado da aplicação da supressão da cópula, aplicando a supressão do interrogativo mais outras possíveis regras, chega-se finalmente a (45), conforme (76) abaixo.

(76)  $\left[ \begin{array}{c} \bar{P}edro\ saber \\ 1 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}u + Pro\ os\ livros \\ 2 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}ue\ Paulo \\ 3 \end{array} \right]$   
 $\left. \begin{array}{c} \left. \left. \left[ \begin{array}{c} comprar \\ 3 \end{array} \right] \right] \right] \right]$

Supr. Int.

$\left[ \begin{array}{c} \bar{P}edro\ saber \\ 1 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{o}s\ livros \\ 2 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \bar{q}ue\ Paulo \\ 3 \end{array} \right]$   
 $\left. \begin{array}{c} \left. \left. \left[ \begin{array}{c} comprar \\ 3 \end{array} \right] \right] \right] \right]$

Entre as regras de supressão da cópula e a supressão do interrogativo haverá, certamente, uma ordenação obrigatória: o interrogativo só será suprimido após a supressão da cópula. Essa constatação se pode tirar pela observação da agramaticalidade da sentença (77) abaixo na qual se suprimiu o interrogativo sem antes se ter suprimido a cópula.

(77) \*Pedro sabe são os livros que Paulo comprou.

A supressão da cópula é optativa, pelo que se pode constatar da gramaticalidade de (48) e (47). Em (48) a regra não se aplicou, mas em (47) sim. Embora seja optativa, a aplicação dessa regra é condição para a aplicação da supressão do interrogativo, pelo que se pode, mais uma vez, observar em (77) acima.

Embora esteja constatando a existência de duas regras, uma só, a supressão do interrogativo, é responsável direta pela formação das interrogativas indiretas encobertas, pois (47) com a supressão da cópula, não é exemplo de interrogativa indireta encoberta.

Essa distinção é necessária e esse é mais um ponto que distingue minha análise de regra (20) de Baker. Para esse autor, a regra (20) suprimiria de uma só vez todo o predicado, a saber, a cópula e o interrogativo. A considerar como válida esta colocação de Baker, não teríamos como explicar sentenças como (47) em que só se suprimiu a cópula.

Sendo a sentença (47) gramatical sem a cópula e não interrogativa indireta encoberta, posso concluir que, realmente, estamos diante de duas regras distintas e que só a supressão do interrogativo é responsável pela formação das interrogativas indiretas encobertas.

A supressão da cópula não se dá em qualquer contexto como se pode notar nos exemplos abaixo.

(78) a) O menino que passou é pobre.

b) \*O menino que passou pobre.

(79) a) Quem é o menino que passou?

b) \*Quem o menino que passou?

(80) a) Sei qual é o menino.

b) \*Sei qual o menino.

(81) a) Qual é o menino?

b) \*Qual o menino?

Para que essa supressão ocorra, é necessário que a estrutura seja do tipo de (82) abaixo.

(82) a) Qual é o menino que passou?

b) Qual o menino que passou?

A partir desses exemplos acima, concluo que a supressão da cópula só se dá quando o sujeito da oração for um nome precedido de determinante definido e seguido de uma restrição e quando o predicativo for o interrogativo *qual*.

É interessante notar que essa regra ocorre nas interrogativas indiretas e diretas. Esse fato, observável em (82) que é uma interrogativa direta, me permite reafirmar duas conclusões que coloquei acima: a supressão da cópula é independente da supressão do interrogativo –

nas interrogativas diretas não há a supressão do interrogativo — e não é fenômeno exclusivo de estruturas subordinadas como se pode, mais uma vez, observar em (82), portanto não responsável pela formação das interrogativas encobertas.

Parece-me que a regra como formalizada em (83) é suficiente para os meus objetivos.

(83) Supressão da cópula

descr. estr.: X	[	qual	cóp.	SN	Y	]
		o			o	
1		2	3	4	5	

condição: 4 contém como núcleo um 'N' precedido de determinante definido e seguido de restrição.

mudança est. ⇒ 1 2 ∅ 4 5 (optativa)

Para todos os efeitos da regra (83), entendo restrição como sendo oração relativa ou 'de + SN' (sintagma preposicionado).

A supressão do interrogativo *qual*, ao contrário da supressão da cópula, só ocorrerá em orações subordinadas em estrutura de interrogativa indireta. É justamente a situação em que esse pronome introduz o objeto oracional de um verbo de interrogativa indireta.

Devido à impossibilidade de ocorrência desse interrogativo e do artigo definido num mesmo sintagma nominal, como determinante de um mesmo nome, e devido à ordenação entre essa supressão de interrogativo e a supressão da cópula (essa última, prescrevendo a necessidade da restrição — conforme (83) — e precedendo a supressão do interrogativo), parece-me ser suficiente, para que a supressão do interrogativo ocorra, a presença do determinante definido após o pronome *qual*, sem fazer menção à restrição como em (83).

Após essas considerações, passo à formalização da regra conforme (84) abaixo.

(84) Supressão do interrogativo

descr. estr.: X	V	[	qual	SN	Y	]
			o		o	
1	2		3	4	5	

Condições: 4 contém como núcleo um 'N' precedido de determinante definido. 2 é verbo de interrogativa indireta.

mudan. estr. ⇒ 1 2 ∅ 4 5 (optativa).

## NOTA

1. Excerto da tese de Mestrado: "Sobre Interrogativa Indireta em Português". FALE – UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1981.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, M. Said. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
2. BAKER, Carl LeRey. *Indirect Questions in English*. Dissertação Doutoral, Universidade de Illinois, 1968.
3. \_\_\_\_\_. "Notes on the Descriptions of English Questions: the Role of an Abstract Question Morpheme". *Foundation of Language* 6, p. 197-219, 1970.
4. BECHARA. Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 25. ed. São Paulo, Nacional, 1980.
5. CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 21. ed. Rio de Janeiro, Nacional, 1980.
6. CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1977.
7. DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Movimento de Sintagma Nominal Interrogado em Português*. Dissertação de Mestrado, FALE, UFMG. Belo Horizonte, Minas, 1978.
8. LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
9. ROSS, John Robert. "Guess!" *Papers from the 13th Regional Meeting Chicago Linguistic Society*. p. 515-44, Chicago, Illinois, 1977.